



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ANADIA

POR UMA CIDADE **CADA VEZ MELHOR**

LDO 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Lei nº 804, de 23 de setembro de 2025



LEI MUNICIPAL Nº 804 de 23 de SETEMBRO de 2025

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANADIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 § 2º da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos orçamentos para o exercício financeiro de 2026, compreendendo a seguinte estrutura:

- I – Das disposições preliminares
- II – As diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;
- III – A estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações do orçamento;
- IV – Das disposições relativas às despesas de caráter continuado;
- V – Das disposições sobre as alterações na legislação tributária do município;
- VI – Do não-atingimento das metas fiscais;
- VII – Da Política de Fomento para o Município;
- VIII – Da Transparência da Gestão Fiscal;
- IX – Das disposições finais.

§ 1º – fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

- a) Metas e Prioridades da Administração para 2026;
- b) Metodologia e Memória de Cálculos das Metas Anuais - Receitas e Despesas para 2026/2028;
- c) Meta de Resultado Primário para 2026/2028;
- d) Meta de Resultado Nominal para 2026/2028;
- e) Evolução do Patrimônio no período de 2022/2024;
- f) Metas Anuais;
- g) Montante da Dívida Pública;
- h) Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com Alienação de Bens;
- i) Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita.
- j) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- k) Anexos de Riscos Fiscais e Providências;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art.2º – Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2026.

SEÇÃO II

DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 3º – Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 4º – Os gastos municipais são estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I – A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

SEÇÃO III

DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

Art. 5º – Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I – Dos tributos de sua competência;
- II – De atividades econômicas;
- III – De transferências constitucionais ou voluntárias;
- IV – Das alienações;
- V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital.

Art. 6º – A estimativa das receitas considera:

- I – Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II – Alterações na legislação tributária;
- III – A variação do índice de preços;
- IV – A arrecadação dos últimos 03 (três) exercícios encerrados (2022 a 2024) e a previsão para 2025.

Art.7º – O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

§ 1º – Compete ao Município adotar medidas administrativas e jurídicas para reduzir o valor da dívida ativa;

§ 2º – O Município deverá modernizar a administração tributária, com vistas a incrementar a arrecadação;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



§ 3º – A lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas às exigências do art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 8º – Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 serão as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades (ANEXO I), que integra esta Lei.

Art. 9º – As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no plano plurianual.

§ 1º – Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2026, ambos os Poderes deverão verificar os programas que serão contemplados no PPA 2026/2029, e as ações prioritárias, nele contempladas para 2026, e se estão em consonância com as prioridades previstas na presente Lei.

§ 2º – Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2026, atendidas as despesas que constituem as obrigações constitucionais e as que custeiam o funcionamento dos Órgãos que integram o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social ficam estabelecidas como prioridade a alocação de recursos orçamentários destinados a assegurar a efetiva Proteção Social, por intermédio dos programas e ações integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como daqueles relacionados ao atendimento à infância e à adolescência no âmbito do Município, em conformidade com o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 3º – Quando da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.

§ 4º – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

§ 5º – Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, os quais integrarem a Lei Orçamentária de 2026, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Artigo 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000).

Art. 9ºA – Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, serão consideradas prioritárias as ações voltadas à implementação da Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, com base no art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, na Lei Federal nº



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



13.426/2017 e no Decreto Federal nº 12.439/2025, devendo contemplar, entre outras medidas:
(EMENDA ADITIVA 01/2025)

- I** – Promoção de campanhas de conscientização sobre guarda responsável e prevenção de maus-tratos;
- II** – Fortalecimento de programas de controle populacional de cães e gatos, por meio de ações de castração e vacinação;
- III** – Manutenção e apoio a abrigos, centros de acolhimento temporário e parcerias com entidades de proteção animal;
- IV** – Incentivo a projetos de educação ambiental com foco na proteção e bem-estar dos animais;
- V** – Articulação intersetorial entre saúde, educação e meio ambiente para implementação de políticas integradas de proteção animal.

§ 1º – As ações previstas neste artigo deverão constar do Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2026, com previsão orçamentária específica.

§ 2º – O Poder Executivo poderá celebrar convênios, parcerias e termos de cooperação com organizações da sociedade civil, clínicas veterinárias e instituições de ensino para a execução das ações previstas.

§ 3º – A implementação destas ações observará os princípios da dignidade animal, da saúde pública, da educação ambiental, da responsabilidade compartilhada e da gestão fiscal responsável.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I

Da Organização dos Orçamentos

Art. 10 – A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I** – Orçamento Fiscal;
- II** – Orçamento da Seguridade Social;

§ 1º – O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá o Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º – O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Art. 11 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2026 apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, na qual a discriminação:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



I – Da Receita obedecerá ao disposto na Portaria STN 163, de 04 de maio de 2001 e Portaria Conjunta STN/SOF 04, de 30 de novembro de 2010, e suas alterações;

II – Da Despesa far-se-á por unidade orçamentária, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade, obedecendo à classificação funcional expressa na Portaria STN 42, de 04 de abril de 1999 e suas atualizações; por Categoria Econômica, Grupo da Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa, consoante disposto na Portaria Conjunta STN/SOF 04, de 30 de novembro de 2010, e suas alterações.

Art. 12 – A Lei Orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I** – A fundos especiais;
- II** – Às ações de saúde;
- III** – Às ações de assistência social;
- IV** – À Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 13 – No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite prudencial estabelecido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único – Caso o Município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2026, já esteja acima do limite previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

Art. 14 – O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2026 já fixar tais valores mínimos.

Art.15 – Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026, será dada como prioridade à utilização de no mínimo 1% (um por cento) sobre a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro de 2026, com ações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), objetivando:

§ 1º – Ampliação da política de assistência social através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios sócios assistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, bem como nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

§ 2º – Combate à pobreza com a execução de programas sociais de transferências de renda;

§ 3º – Melhoria dos serviços prestados à população com atenção especial às políticas de educação, assistência social e saúde;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



§ 4º – O Município não gastará menos de 1% (um por cento) do Fundo de Participação do Município – FPM na promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes e nem menos de 1% (um por cento) do Fundo de Participação do Município – FPM com o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a serem vinculados à promoção eficaz das políticas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Art. 16 – Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal, devendo na execução orçamentária e financeira identificar os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, conforme determina o art. 10 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 17 – O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I – Texto da lei;
- II – Quadros orçamentários consolidados;
- III – Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – Demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18 – Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas logo após aprovação deste Projeto de Lei sua proposta orçamentária para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no projeto de lei orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 19 – O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até 15 de setembro de 2025, prazo suficiente para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como da Execução Orçamentária de 2025.

§ 1º – Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, para proposições que atendam às necessidades dela decorrentes, fica dispensada a demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais de que trata o caput, sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º – As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

- I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



- a) Dotações para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida; ou

III – Sejam relacionadas:

- a) Com a correção de erros ou omissões; ou
- b) Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

SEÇÃO II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 20 – A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá ao valor de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais (Portaria STN 163, art. 8º), conforme anexo de riscos fiscais.

Art. 21 – Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

Art. 22 – As despesas de caráter continuado terão aumento limitado ao mesmo percentual verificado na Previsão da Receita para 2026 em relação ao exercício financeiro de 2025, desde que não comprometa as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2026.

Art. 23 – Na hipótese de ocorrer às circunstâncias estabelecidas no caput do art.9º, ou no inciso II, § 1º, do art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivo e Legislativo deverão proceder à respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

§ 1º – Ao final de cada bimestre, a Administração Pública verificará o cumprimento das metas de resultado primário e nominal no Anexo de Metas Fiscais;

§ 2º – Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho, a fim de que atinjam as Metas Fiscais para o Exercício de 2026.

Art. 24 – O poder Executivo poderá, durante o exercício de 2026, ajustar as fontes de recursos sem alterar a programação constante da Lei Orçamentária Anual para manter o equilíbrio na execução desta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 25 – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2026, o Poder Executivo e Legislativo, estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

SEÇÃO III

**Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos Adicionais
Destinados ao Poder Legislativo**

Art. 26 – O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual previsto no art. 29-A da Constituição Federal sobre a projeção de arrecadação para o exercício financeiro de 2025.

§ 1º – Após finalização da arrecadação do exercício de 2025, comprovada pela emissão do Balanço Geral, havendo diferença do resultado da aplicação, conforme caput deste artigo, em confronto com os créditos autorizados para o Legislativo na LOA 2026, a diferença positiva deverá ser anulada no Executivo e suplementada no Legislativo. Sendo negativa a diferença, deverá ser anulada no Legislativo e suplementada no Executivo;

§ 2º – As dotações que porventura vierem a ser suplementadas e anuladas em obediência ao *caput* deste artigo ficam a critério do respectivo Poder.

Art. 27 – O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

§ 1º – As Arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras, ISS e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo e que não tenham sido recolhidas diretamente ao Executivo serão contabilizadas nesse Poder como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal do Executivo ao Legislativo.

§ 2º – Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos:

I – Os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – Outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 28 – A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil, conforme Decreto nº 10.540/2020.

SEÇÃO IV

Da Disposição Sobre Novos Projetos



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 29 – Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único – Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, ou que seja custeado por outra esfera de Governo.

SEÇÃO V

**Das Disposições Relativas à Dívida Pública e ao Endividamento
Público Municipal**

Art. 30 – Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária Anual de 2026, os recursos necessários para pagamento da dívida, com objetivo principal de reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo Único – Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (artigo 31, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000).

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

SEÇÃO VI

Subseção I

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 33 – O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art.167, VIII, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

Subseção II

Da Transferência de Recursos Financeiros para Consórcios Públicos



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 34 – Fica autorizado a transferência de recursos financeiros para consórcios públicos dos quais seja integrante, com a finalidade de viabilizar a implementação de ações de interesse comum, observadas as disposições desta Lei.

Art. 35 – O Poder executivo poderá por meio de contrato/convênio fazer parte de Consórcio Públicos na forma da legislação pertinente em vigor serão adotadas as normas e diretrizes constantes desta Seção quanto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único – As transferências de recursos para o Consórcio Público em decorrência de obrigações assumidas no respectivo Contrato de rateio integrarão o Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária instituída.

Art. 36 – As transferências de recursos referidas no artigo anterior poderão ser realizadas por meio de:

- I** – Aportes financeiros destinados ao custeio das atividades do consórcio público, conforme previsto em contrato de rateio;
- II** – Repasse de recursos vinculados a convênios ou programas específicos, mediante termo de cooperação ou instrumento congênere;
- III** – Transferência voluntária ou obrigatória, desde que prevista na legislação vigente e no orçamento anual.

Art. 37 – A transferência de recursos dependerá de:

- I** – Autorização expressa na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, conforme o caso;
- II** – Regularidade jurídica e fiscal do consórcio público beneficiário;
- III** – Comprovação da necessidade e adequação dos recursos ao objeto pactuado.

Art. 38 – A execução dos recursos transferidos deverá observar os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, nos termos da legislação aplicável.

Art. 39 – O Município, na qualidade de Ente Consorciado/Conveniado, através do Chefe do Poder Executivo, acompanhará e supervisionará as atividades do Consórcio Público, disponibilizando aos interessados as informações necessárias ao cumprimento do Princípio da Transparência.

SEÇÃO VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 40 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;
- II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º – O repasse de recursos deverá observar, obrigatoriamente, o procedimento de chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, salvo nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade nela previstas.

§ 2º – A formalização da parceria dar-se-á por meio de instrumentos jurídicos adequados (termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação), observadas as disposições da Lei nº 13.019/2014 e da Lei nº 14.133/2021, além da exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
- f) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Plano de Aplicação dos Recursos Solicitados;
- i) Balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, chanceladas por um profissional contábil com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas - CRC/AL.

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 41 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de Assistência Social.

Parágrafo Único – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA

Art. 42 – A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica e, ainda, atender a entidade que abrange atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§ 1º – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§ 2º – A transferência de recurso dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS;
- h) Plano de aplicação dos recursos solicitados.

SEÇÃO VIII

Das Alterações Orçamentárias

Art. 43 – As alterações na Lei Orçamentária poderão ser realizadas de acordo com as necessidades de execução, observadas as condições de que trata este artigo.

I – As alterações que visem à inclusão de autorização para despesa inicialmente não computada na Lei Orçamentária, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão autorizadas pelo Poder Legislativo por intermédio de Crédito Adicional Especial, que será aberto por meio de ato próprio do chefe do Poder Executivo;

II – As alterações que visem ao reforço de autorização para despesa inicialmente computada de forma insuficiente na Lei Orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar, em conformidade os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os objetivos das referidas ações na forma do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, que será aberto por meio de decreto do Poder Executivo;

III – As alterações de fonte de recurso, modalidade de aplicação, categoria econômica e grupo de natureza da despesa que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias, inicialmente contempladas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, serão feitas mediante Decreto;

IV – As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do Município, desde que não altere o valor e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo;

§ 1º – A Lei Orçamentária estabelecerá limite percentual sobre o total da despesa fixada para prévia autorização de abertura de crédito suplementar e contratação de operações de crédito, em conformidade com o art. 165, §8º, da Constituição Federal.

§ 2º – Para abertura de créditos adicionais, além dos recursos indicados no art. 43, §1º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinados à cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os valores resultantes de convênios, contratos ou acordos similares celebrados ou reativados durante o exercício de 2026, bem como de seus saldos financeiros do ano anterior e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária.

Art. 44 – Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2025, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2026, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Art. 45 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais deverão vir acompanhados de:

- I – Exposições de motivos que os justifiquem;
- II – Indicação da fonte de recursos disponível para a suplementação, entendendo como fonte os recursos previstos no §1º, do art. 43, da Lei 4.320/64;
- III – Memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação do exercício corrente, ou superávit financeiro do exercício anterior, separando recursos livres e vinculados.

SEÇÃO IX

Transposição, Remanejamento e Transferência de Dotações Orçamentárias

Art. 46 – SUPRIMIDO (EMENDA SUPRESSIVA 01/2025)

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

SEÇÃO I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 47 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, poderão ser realizadas a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

SEÇÃO II

Das Despesas com Pessoal



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 48 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

- I** – Concessão de aumento de remuneração, como forma de revisão geral anual;
- II** – A criação de cargos, empregos e funções de confiança e gratificações por meio de transformação de cargos, funções e gratificações que, justificadamente, não implique aumento de despesa;
- III** – Reforma do plano de carreira do magistério público municipal;
- IV** – Alteração da estrutura de carreiras;
- V** – Admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;
- VI** – Designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;
- VII** – Concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- VIII** – Contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica, e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

§ 1º – O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;

§ 2º – Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

§ 3º – No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada definindo o índice e o mês da revisão, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para os salários, além dos limites das despesas com pessoal previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I do art. 22, todos da Lei Complementar nº 101 de 2000;

§ 4º – Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os arts. 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando de sua implantação.

Art. 49 – No exercício de 2026, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto do art. 57, §6º, inciso II, da Constituição Federal, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I** – Situações de emergência ou calamidade pública;
- II** – Situações em que possam estar em risco à segurança de pessoas ou bens;
- III** – A relação custo-benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 50 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder separadamente.

Art. 51 – Ficam autorizados os Poderes Executivo e Legislativo, a realizar concurso público no exercício de 2026 para reposição do quadro de pessoal das áreas consideradas prioritárias para a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 52 – Na elaboração da Lei Orçamentária de 2026, na estimativa das receitas e na fixação das despesas, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de projeto de lei que estejam em tramitação na Câmara de Vereadores.

Art. 53 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF.

Art. 54 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, deverá observar a devida anulação de despesas em valor equivalente, caso produza impacto financeiro no mesmo exercício respeitando as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 55 – Fica o Executivo autorizado a cancelar os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 56 – Fica o Executivo Municipal, quando autorizado em lei, aumentar a carga tributária, podendo esse aumento ser considerado no cálculo do orçamento da receita da Lei Orçamentária de 2026.

Art. 57 – Os projetos de lei de que trata o artigo anterior deverão ser devidamente justificados pelo Poder Executivo de sua necessidade para oferecimento de serviços públicos ao contribuinte ou para o exercício de seu poder de polícia.

CAPÍTULO VI

DO NÃO-ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Art. 58 – A limitação de empenho prevista no art. 22 desta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:

- a) Diárias;
- b) Realização de serviço extraordinário;
- c) Aquisição de material de consumo;
- d) Realização de obras com recursos próprios.

II – No Poder Legislativo:

- a) Diárias;
- b) Realização de serviço extraordinário;
- c) Aquisição de material de consumo;
- d) Realização de obras com recursos próprios.

§ 1º – As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§ 2º – Em não sendo suficiente, ou sendo inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

- I** – Das despesas com pessoal e encargos sociais;
- II** – Das despesas necessárias para o atendimento à saúde;
- III** – Das despesas necessárias para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV** – Das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;
- V** – Das despesas com pagamento de Aposentadorias e Pensões;
- VI** – Das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;
- VII** – Das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.

§ 3º – A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

§ 4º – Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, para proposições que atendam às necessidades dela decorrentes, fica dispensada a demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais, sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 5º – Para o exercício de 2026, o valor da meta constante do anexo de metas fiscais constante desta Lei será ajustado em função da atualização das estimativas a ser realizada no Projeto de Lei Orçamentária de 2026, e durante a sua execução, nos relatórios a que se refere o § 1º do art. 23.

§ 6º – A atualização do valor da meta durante a execução orçamentária nos termos do disposto no § 5º deverá ocorrer por meio do ato do Poder Executivo municipal.



CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DE FOMENTO PARA O MUNICÍPIO

Art. 59 – O Poder Executivo poderá, mediante autorização Legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada, desde que resultem em crescimento econômico, observando o disposto na legislação aplicável.

§ 1º – Quando se tratar de parceria público-privada, aplicar-se-ão as normas da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública.

§ 2º – A definição das empresas que participarão de cada projeto deverá ser efetuada por meio de licitação pública, assegurados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 60 – O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, com vistas ao fomento da atividade econômica no município.

Art. 61 – O Poder Executivo, mediante prévia autorização legislativa, poderá criar incentivos administrativos e fiscais de modo a fomentar a instalação de empresas que estimulem o desenvolvimento de atividades econômicas, turísticas e esportivas.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 62 – O Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Os Planos, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – As Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;
- III – O Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV – O Relatório de Gestão Fiscal;
- V – As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63 – Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo, com a União ou Estados, com vistas:

- I – Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III – À utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



- IV** – A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades dos Entes envolvidos;
V – A realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 64 – Para cumprimento do disposto no §6º, do art.48, da Lei Complementar Federal nº101, de 2000, todos os poderes, órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, deverão se integrar aos sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

Art. 65 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for sancionado/promulgado até o primeiro dia de janeiro de 2026, a programação constante do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, encaminhado pelo Poder Executivo, poderá ser executado em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos), do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

§ 1º – O disposto no caput deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

§ 2º – Os valores e as metas constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2026 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 3º – Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2026 a utilização dos recursos autorizada por este artigo.

Art. 66 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anadia - Alagoas, em 23 de setembro de 2025.

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: Assegurar o cumprimento de obrigações legais e financeiras do Município, garantindo a regularidade das operações orçamentárias e financeiras.

PÚBLICO-ALVO: Credores da dívida pública; União/Estado/fundos; Servidores e fundos previdenciários; Pessoas físicas e jurídicas beneficiárias de precatórios, restituições e indenizações; Sociedade em geral (indiretamente).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	4.701.314,04	4.899.227,44	9.600.541,48

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA

OBJETIVO: Assegurar a continuidade administrativa e operacional da gestão municipal, garantindo o custeio das ações e serviços permanentes de caráter essencial.

PÚBLICO-ALVO: Usuários de serviços públicos essenciais; Servidores vinculados a programas permanentes; Comunidade em geral.

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	25.176.276,41	26.309.208,85	51.485.485,26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: EDUCAÇÃO BÁSICA DEMOCRÁTICA, COM QUALIDADE E EQUIDADE

OBJETIVO: Garantir acesso universal, permanência e sucesso escolar, assegurando qualidade no ensino e equidade na oferta, com foco na redução das desigualdades educacionais e na participação democrática da comunidade escolar.

PÚBLICO-ALVO: Crianças, adolescentes e jovens da rede municipal; Famílias e comunidade escolar; Sociedade em geral.

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	28.523.354,29	29.806.905,23	58.330.259,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: CULTURA VIVA E DEMOCRÁTICA

OBJETIVO: Garantir o direito à cultura a todos os cidadãos de Anadia, valorizando as tradições locais, promovendo a inclusão cultural e incentivando a produção artística e a participação social.

PÚBLICO-ALVO: Artistas e grupos culturais; Estudantes e jovens; Comunidade em geral.

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	1.336.277,83	1.396.410,37	2.732.688,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: SAÚDE INTEGRAL E COMUNITÁRIA

OBJETIVO: Garantir à população atendimento de saúde humanizado, próximo e resolutivo, abrangendo tanto a atenção básica quanto a especializada, de forma integrada e articulada com a rede do SUS.

PÚBLICO-ALVO: População usuária do SUS; Famílias que necessitam de atenção básica e especializada; Profissionais de saúde (indiretamente).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	20.720.498,55	21.652.920,97	42.373.419,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: ESPORTE E LAZER PARA A VIDA

OBJETIVO: Promover o acesso democrático às práticas esportivas e de lazer, assegurando tanto a participação social quanto o fomento ao esporte de rendimento e a valorização dos atletas locais.

PÚBLICO-ALVO: Crianças e jovens em idade escolar; Comunidade em geral; Associações esportivas e sociais.

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	632.253,95	660.705,37	1.292.959,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO: Garantir proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social, o fortalecimento da cidadania e o estímulo à participação da população nos processos de decisão e controle social das políticas públicas.

PÚBLICO-ALVO: Cidadãos em vulnerabilidade; Famílias atendidas por proteção social; Sociedade em geral (participação e controle social).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	3.431.292,41	3.585.700,58	7.016.992,99

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: POR UMA ANADIA CADA VEZ MELHOR - AVANÇAR CONSTRUINDO

OBJETIVO: Promover o desenvolvimento integrado de Anadia, articulando políticas públicas para melhorar os serviços essenciais, fortalecer a cidadania e modernizar a infraestrutura do município.

PÚBLICO-ALVO: Toda a população; Famílias e comunidades urbanas e rurais; Gestores e servidores públicos (indiretamente).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	3.384.133,65	3.549.919,66	6.934.053,31

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL - CUIDAR E PRESERVAR ANADIA

OBJETIVO: Promover a sustentabilidade ambiental no município de Anadia, garantindo a preservação dos recursos naturais, a conscientização da população e a implantação de políticas públicas de gestão ambiental integradas.

PÚBLICO-ALVO: Comunidade em geral; Produtores rurais/agricultores familiares; Estudantes e escolas.

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	561.629,58	586.902,91	1.148.532,49

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO

OBJETIVO: Promover a modernização administrativa da Câmara Municipal de Anadia, assegurando maior eficiência, transparência e participação cidadã no processo legislativo.

PÚBLICO-ALVO: Vereadores e servidores da Câmara Municipal; Sociedade em geral (indiretamente).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	3.269.720,90	3.416.858,34	6.686.579,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: Assegurar recursos orçamentários para cobertura de riscos fiscais, passivos contingentes e necessidades de créditos adicionais não previstos na elaboração da lei orçamentária anual.

PÚBLICO-ALVO: Sociedade em geral; Administração municipal (segurança fiscal).

Dados Financeiros em R\$ médio/2026

	2026	2027	TOTAL
R\$	944.828,16	987.345,43	1.932.173,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

TOTAL DOS PROGRAMAS	R\$	2026	2027	TOTAL
		92.681.579,77	96.852.105,15	189.533.684,92

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS
2026

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	PREVISÃO		
	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES	85.985.258,58	89.854.449,51	93.897.899,71
ReceitaTributária	2.410.483,48	2.518.955,24	2.632.308,22
Impostos	2.316.750,11	2.421.003,87	2.529.949,04
Taxas	93.733,37	97.951,37	102.359,18
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	284.893,27	297.567,75	310.958,28
Transferências Correntes	40.585.009,89	42.411.335,34	44.319.845,43
Transferências Intergovernamentais	40.585.009,89	42.411.335,34	44.319.845,43
Transferências da União	40.585.009,89	42.411.335,34	44.319.845,43
Cota-Parte do FPM	31.090.329,65	32.489.394,49	33.951.417,24
Transferências de Recursos do SUS - FMS	9.494.680,24	9.921.940,85	10.368.428,19
Outras Receitas Correntes	42.704.871,94	44.626.591,18	46.634.787,78
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	106.535,58	111.329,68	116.339,52
Demais Receitas Correntes	42.598.336,36	44.515.261,50	46.518.448,26
RECEITAS DE CAPITAL	6.696.321,19	6.997.655,64	7.312.550,14
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	6.696.321,19	6.997.655,64	7.312.550,14
TOTAL	92.681.579,77	96.852.105,15	101.210.449,85

FONTE:

Assinado de
forma digital por
PAULO VICTOR
PEREIRA
ROCHA:077057
38430 PEREIRA
ROCHA:07705738
430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2026

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	2.354.573,62	——
2024	3.214.579,87	26,75 %
2025	2.396.239,43	(34,15) %
2026	2.492.089,00	3,85 %
2027	2.604.233,01	4,50 %
2028	2.721.423,49	4,50 %

Contribuições

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Receita Patrimonial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	2.810.831,35	——
2024	1.385.678,25	(102,85) %
2025	927.781,99	(49,35) %
2026	284.893,27	(225,66) %
2027	297.567,75	4,45 %
2028	310.958,28	4,50 %

Receita Agropecuária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2026

Receita Industrial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Receita de Serviços

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Transferências Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	77.974.728,83	——
2024	85.714.501,33	9,03 %
2025	80.007.958,00	(7,13) %
2026	83.208.276,31	3,85 %
2027	86.952.648,75	4,50 %
2028	90.865.517,94	4,50 %

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2026

Operações de Crédito

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Alienação de Bens

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Amortização de Empréstimos

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	——
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

Transferências de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	1.105.100,00	——
2024	3.213.271,45	65,61 %
2025	6.438.770,37	50,09 %
2026	6.696.321,19	3,85 %
2027	6.997.655,64	4,50 %
2028	7.312.550,14	4,50 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2026

Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	—
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %
2026	0,00	0,00 %
2027	0,00	0,00 %
2028	0,00	0,00 %

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430
Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS
2026

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$		
	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	82.379.777,85	86.086.867,86	89.960.776,90
Pessoal e Encargos Sociais	51.862.345,99	54.196.151,59	56.634.978,40
Juros e Encargos da Dívida	27.336,50	28.566,64	29.852,14
Outras Despesas Correntes	30.490.095,36	31.862.149,63	33.295.946,36
DESPESAS DE CAPITAL (II)	9.356.973,76	9.778.037,58	10.218.049,28
Investimentos	8.273.972,40	8.646.301,16	9.035.384,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização Financeira	1.083.001,36	1.131.736,42	1.182.664,56
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (III)	944.828,16	987.345,43	1.031.775,97
TOTAL (IV) = (I + II + III)	92.681.579,77	96.852.250,87	101.210.602,15

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430
Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2026

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	52.513.132,37	———
2024	60.496.364,84	13,20 %
2025	49.867.640,35	(21,31) %
2026	51.862.345,99	3,85 %
2027	54.196.151,59	4,50 %
2028	56.634.978,40	4,50 %

JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	12.136,53	———
2024	18.981,42	36,06 %
2025	26.285,10	27,79 %
2026	27.336,50	3,85 %
2027	28.566,64	4,50 %
2028	29.852,14	4,50 %

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	28.914.381,21	———
2024	34.492.378,21	16,17 %
2025	29.971.245,53	(15,08) %
2026	30.490.095,36	1,70 %
2027	31.862.149,63	4,50 %
2028	33.295.946,36	4,50 %

INVESTIMENTOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	14.257.561,37	———
2024	8.036.275,55	(77,42) %
2025	7.955.742,73	(1,01) %
2026	8.273.972,40	3,85 %
2027	8.646.301,16	4,50 %
2028	9.035.384,72	4,50 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2026

AMORTIZACAO DA DIVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	840.403,75	———
2024	1.213.003,80	30,72 %
2025	1.041.347,46	(16,48) %
2026	1.083.001,36	3,85 %
2027	1.131.736,42	4,50 %
2028	1.182.664,56	4,50 %

RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2023	0,00	———
2024	0,00	0,00 %
2025	908.488,62	100,00 %
2026	944.828,16	3,85 %
2027	987.345,43	4,50 %
2028	1.031.775,97	4,50 %

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2026

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	83.140.133,80	90.314.759,45	83.331.979,42	85.985.258,58	89.854.449,51	93.897.899,71
ReceitaTributária	2.354.573,62	3.214.579,87	2.396.239,43	2.492.089,00	2.604.233,01	2.721.423,49
ReceitadeContribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ReceitaPatrimonial	2.810.831,35	1.385.678,25	927.781,99	284.893,27	297.567,75	310.958,28
AplicaçõesFinanceiras(II)	2.810.831,35	1.385.678,25	927.781,99	284.893,27	297.567,75	310.958,28
OutrasReceitasPatrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferênciasCorrentes	77.974.728,83	85.714.501,33	80.007.958,00	83.208.276,31	86.952.648,75	90.865.517,94
DemaisReceitasCorrentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	80.329.302,45	88.929.081,20	82.404.197,43	85.700.365,31	89.556.881,76	93.586.941,43
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.105.100,00	3.213.271,45	6.438.770,37	6.696.321,19	6.997.655,64	7.312.550,14
Operaçõesde Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãode Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferênciadeCapital	1.105.100,00	3.213.271,45	6.438.770,37	6.696.321,19	6.997.655,64	7.312.550,14
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.105.100,00	3.213.271,45	6.438.770,37	6.696.321,19	6.997.655,64	7.312.550,14
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	81.434.402,45	92.142.352,65	88.842.967,80	92.396.686,50	96.554.537,40	100.899.491,57

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (X)	81.439.650,11	95.007.724,47	79.865.170,98	82.379.777,85	86.086.867,86	89.960.776,90
Pessoale Encargos Sociais	52.513.132,37	60.496.364,84	49.867.640,35	51.862.345,99	54.196.151,59	56.634.978,40
Juros e Encargos da Dívida (XI)	12.136,53	18.981,42	26.285,10	27.336,50	28.566,64	29.852,14
OutrasDespesas Correntes	28.914.381,21	34.492.378,21	29.971.245,53	30.490.095,36	31.862.149,63	33.295.946,36
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	81.427.513,58	94.988.743,05	79.838.885,88	82.352.441,35	86.058.301,22	89.930.924,76
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	15.097.965,12	9.249.279,35	8.997.090,19	9.356.973,76	9.778.037,58	10.218.049,28
Investimentos	14.257.561,37	8.036.275,55	7.955.742,73	8.273.972,40	8.646.301,16	9.035.384,72
InversõesFinanceiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	840.403,75	1.213.003,80	1.041.347,46	1.083.001,36	1.131.736,42	1.182.664,56
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	14.257.561,37	8.036.275,55	7.955.742,73	8.273.972,40	8.646.301,16	9.035.384,72
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	908.488,62	944.828,16	987.345,43	1.031.775,97
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	95.685.074,95	103.025.018,60	88.703.117,23	91.571.241,91	95.691.947,81	99.998.085,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2026

RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-14.250.672,50	-10.882.665,95	139.850,57	825.444,59	862.589,59	901.406,12
---------------------------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS IV - Resultado Nominal
2026

ESPECIFICAÇÃO	2023 (b)	2024 (c)	2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)	2028 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.997.651,69	21.254.776,99	21.467.324,76	21.681.998,01	21.898.817,99	22.117.806,17
DEDUÇÕES (II)	18.702.438,56	7.489.539,56	7.564.434,96	7.640.079,31	7.716.480,10	7.793.644,90
AtivoDisponível	20.411.009,18	8.077.844,62	8.158.623,07	8.240.209,30	8.322.611,39	8.405.837,50
HaveresFinanceiros	191.436,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.900.007,26	588.305,06	594.188,11	600.129,99	606.131,29	612.192,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(7.704.786,87)	13.765.237,43	13.902.889,80	14.041.918,70	14.182.337,89	14.324.161,27
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	7.889.594,84	9.743.148,69	9.840.580,18	9.938.985,98	10.038.375,84	10.138.759,60
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV + V)	184.807,97	23.508.386,12	23.743.469,98	23.980.904,68	24.220.713,73	24.462.920,87
RESULTADONOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(10.290.012,03)	23.323.578,15	235.083,86	237.434,70	239.809,05	242.207,14

Fonte:

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2023.
Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	39.057.255,79	35,16	52.790.429,71	-1,75	51.865.213,99	0,00
TOTAL	39.057.255,79	35,16	52.790.429,71	-1,75	51.865.213,99	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de
forma digital por
PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
ReceitaTotal	92.681.579,77	88.690.506,96	0,093%	96.852.105,15	88.690.373,53	0,093 %	101.210.449,85	88.690.373,50	0,094 %
Receitas Primárias (I)	92.396.686,50	88.417.881,82	0,093%	96.554.537,40	88.417.881,83	0,093 %	100.899.491,57	88.417.881,81	0,094 %
Despesa Total	92.681.579,77	88.690.506,96	0,093%	96.852.250,87	88.690.506,97	0,093 %	101.210.602,15	88.690.506,96	0,094 %
Despesas Primárias (II)	91.571.241,91	87.627.982,69	0,092%	95.691.947,81	87.627.982,70	0,092 %	99.998.085,45	87.627.982,69	0,093 %
Resultado Primário (III) = (I - II)	825.444,59	789.899,13	0,001%	862.589,59	789.899,12	0,001 %	901.406,12	789.899,12	0,001 %
Resultado Nominal	237.434,70	227.210,24	0,000%	239.809,05	219.600,33	0,000 %	242.207,14	212.245,29	0,000 %
Dívida Pública Consolidada	21.681.998,01	20.748.323,45	0,022%	21.898.817,99	20.053.403,53	0,021 %	22.117.806,17	19.381.758,44	0,021 %
Dívida Consolidada Líquida	14.041.918,70	13.437.242,78	0,014%	14.182.337,89	12.987.191,58	0,014 %	14.324.161,27	12.552.213,88	0,013 %

FONTE:

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB real (crescimento % anual)	3,90 %	3,90 %	3,90 %
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,50 %	10,50 %	10,00 %
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	5,75 %	5,75 %	5,80 %
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50 %	4,50 %	4,50 %
Projeção do PIB do Estado – R\$	R\$99.744.000.000,00	R\$103.634.016.000,00	R\$107.675.742.624,00

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS V - Motante da Dívida Pública
2026

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	17.864.157,72	10.997.651,69	21.254.776,99	21.467.324,76	21.681.998,01	21.898.817,99	22.117.806,17
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	17.864.157,72	10.997.651,69	21.254.776,99	21.467.324,76	21.681.998,01	21.898.817,99	22.117.806,17
DEDUÇÕES (II)	32.521.732,35	18.702.438,56	7.489.539,56	7.564.434,96	7.640.079,31	7.716.480,10	7.793.644,90
Ativo Disponível	33.862.066,25	20.411.009,18	8.077.844,62	8.158.623,07	8.240.209,30	8.322.611,39	8.405.837,50
Haveres Financeiros	200.538,48	191.436,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.540.872,38	1.900.007,26	588.305,06	594.188,11	600.129,99	606.131,29	612.192,60
DCL (III) = (I - II)	-14.657.574,63	-7.704.786,87	13.765.237,43	13.902.889,80	14.041.918,70	14.182.337,89	14.324.161,27

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430
Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2026

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (d)	2022
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2024 (b)	2023 (e)	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430
Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
2026

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	—

FONTE:

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

Assinado de forma digital por PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA
Prefeito
077.057.384-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2026

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

<u>EVENTOS</u>	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	5.865.672,81
(-) Transferências Constitucionais	-1.376.406,28
(-) Transferências ao FUNDEB	-1.823.278,50
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	9.065.357,59
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	9.065.357,59
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	9.065.357,59

FONTE:

PAULO VICTOR
PEREIRA
ROCHA:07705
738430

Assinado de forma
digital por PAULO
VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA

Prefeito
077.057.384-30


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Discrepancia de Projeções: Inexistencia ou Insuficiencia de Dotação Orçamentaria	944.828,16	Abertura de Creditos adicionais a partir da Reserva de Contingencia.	944.828,16
Inexistencia de Projetos ou Atividades na Lei Orçamentaria Anual para atendimento as despesas especificas como: Custeio e/ou Investimentos.	20.000.000,00	Abertura de Creditos Adicionais a partir de Anulação de Despesas ou Excesso de Arrecadação.	20.000.000,00
Queda de arrecadação do FPM por fatores decorrentes de medidas pontuais adotadas pelo Governo Federal	2.000.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	2.000.000,00
Frustração de arrecadação de tributos municipais	50.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	50.000,00
Epidemias	100.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	100.000,00
TOTAL	23.094.828,16	TOTAL	23.094.828,16

PAULO VICTOR PEREIRA
ROCHA:07705738430



Assinado de forma
digital por PAULO
VICTOR PEREIRA
ROCHA:0770573843
0

PAULO VICTOR PEREIRA ROCHA

Prefeito
077.057.384-30